

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA



3. OS JÚLIO-CLÁUDIOS

Fábio Duarte Joly

Universidade Federal de Ouro Preto

ORCID: 0000-0001-6549-3094

fabio.joly@ufop.edu.br

Fábio Faversoni

Universidade Federal de Ouro Preto

ORCID: 0000-0002-3464-1020

faversani@ufop.edu.br

Sumário: Os Júlio-Cláudios: o poder de uma *domus*. Tibério e a tentativa de equilíbrio entre senado e *princeps*. Calígula e a tensão desnuda do Principado. Cláudio e a afirmação de uma corte imperial. Nero e o ocaso de uma dinastia. Conclusão: a consolidação da ideia de dinastia¹.

1. Uma dinastia do Palatino

A dinastia Júlio-Cláudia foi um momento chave na consolidação do Principado não só pelas rupturas que impôs em relação à República, mas sobretudo pelas continuidades que persistiram entre esses dois períodos da história romana (Faversoni 2013). Como nos lembra Fergus Millar (1998 123), a história de Roma, no Alto Império, é “a história de um tipo anômalo e estranho de cidade-Estado”, cuja “anomalia mais acentuada era, naturalmente, de que era agora governada por um imperador, e todas suas complexas instituições sofreram transformações por esse fato”. Uma transformação importante se refere à própria estrutura das *domus* aristocráticas. Embora na República tardia, as casas dos *nobiles* republicanos já apresentassem uma

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). A pesquisa para este capítulo também contou com o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade 2, processo 302301/2018-6, F. D. Joly).

tendência a serem pequenas “cortes”, no Principado isso passa paulatinamente a ser visto como prerrogativa dos imperadores.

Augusto, quando saiu vitorioso das guerras civis em 31 a.C., não estabeleceu o poder de um só homem, mas de uma casa dinástica, uma *domus* que tinha uma identidade coletiva e onde as mulheres tinham papéis públicos e homens jovens eram promovidos como potenciais sucessores imperiais (Rowe 2002). Também escravos e libertos (a chamada “*familia Caesaris*”), por sua integração à casa imperial, passaram a ter posições públicas. A casa imperial, ao assumir um peso extraordinário na administração do Estado, fez com que libertos e mulheres, que, em geral, se limitavam à esfera privada de cada casa aristocrática, tivessem funções públicas e papel político cada vez mais relevantes.

De Augusto a Nero, ocorreu a progressiva institucionalização de uma corte imperial (*aula Caesaris*), distinguindo a casa dos imperadores das demais casas aristocráticas (Winterling 1999). Ao longo da dinastia Júlio-Cláudia, nota-se igualmente uma crescente “provincialização” na orientação da política imperial. Se, com Tibério, Roma continua o foco das atenções, sob Cláudio e Nero, o quadro muda, prefigurando uma visão mais compósita do Império.

O presente texto busca apresentar uma interpretação geral desse período, focando mais na construção da trama dinástica do Principado e nas linhas de força da ação política de cada imperador.

2. Tibério²

Tibério Cláudio Nero nasceu em 16 de novembro de 42 a.C. em Roma, filho de Tibério Cláudio Nero e Lúvia Drusila. A família refugiou-se na Sicília em 40 a.C. por conta da oposição de seu pai a Otaviano, o futuro Augusto. Após o retorno da família a Itália em 39 a.C., Tibério tornou-se herdeiro de um certo Marco Gálio – provavelmente amigo de seu pai e, como ele, apoiador de Antônio –, mas não tomou seu nome. Nesse mesmo ano, Lúvia divorciou-se de Tibério Nero e casou-se com Otaviano. Com a morte de Tibério Nero em 33 ou 32 a.C., Otaviano ficou como guardião de seus filhos e Tibério foi logo prometido para desposar Vipsânia Agripina, filha de Agripa, então com apenas um ano de idade.

Após 30 a.C., com Augusto detendo o poder de fato, Tibério aparece associado ao imperador, mas não gozando do mesmo prestígio daqueles que eram parentes de sangue. Em 29 a.C. Tibério tomou parte no triunfo de Otaviano pela vitória em Ácio e, em 26-5 a.C., acompanhou-o como tribuno militar na guerra contra os Cântabros. Em 20 a.C. retornou Tigranes ao seu reino da Armênia e conseguiu que o rei parto Fraates devolvesse os estandartes de Marco

² Sobre o reinado de Tibério as principais fontes são Tácito (*Ann.* 1-6), Suetônio (*Tib.*), Dión Cássio (57-58) e Veleio Patérculo (2, 123-131). Seguimos Eck 2006a; Kienast 2011 76-79; Levick 1999; Shotter 2004; Wiedemann 1996 198-221.

Licínio Crasso, perdidos na batalha de Carrae em 53 a.C.. Por este motivo recebeu os *ornamenta praetoria* no ano seguinte. Foi pretor com Augusto em 16 a.C. na Gália, colaborando na reorganização da província. Em 13 a.C. foi cônsul ordinário e, em 12 a.C., com a morte de Agripa, tomou seu lugar nas campanhas para a conquista da Panônia, encerrada em 9 a.C.. Com a morte de seu irmão Druso nesse mesmo ano, Tibério assumiu o comando de legiões na Germânia e pacificou-a a ponto de, em 7 a.C., ser-lhe permitido um triunfo.

Tibério chegou a ser apontado como herdeiro político de Augusto em 6 a.C., visto que recebeu a *tribunicia potestas* por um período de cinco anos. O casamento com Júlia, filha de Augusto, em 12 a.C., também era um indicativo. Porém, a promoção dos filhos de Júlia, Gaio e Lúcio, que Augusto adotara, marcou um revés nesse sentido. Tibério retirou-se para Rodes, onde passou sete anos. Voltou a Roma em 2 d.C. (já divorciado de Júlia, devido aos escândalos em que ela se envolvera), mas apenas em 4 d.C., com a morte de Gaio César, Augusto nomeou Tibério seu sucessor e adotou-o. Por sua vez, antes dessa ocasião, Tibério teve que adotar o filho de seu irmão e sobrinho-neto de Augusto, Germânico. Tibério recebeu a *tribunicia potestas* por um período de dez anos e o *imperium* como procônsul. Ele comandou o exército e a província da Germânia entre 4 e 6 d.C., consolidando a fronteira do Reno entre 10 e 12 d.C.. Em 13 d.C. recebeu novamente a *tribunicia potestas* por outro período de dez anos e o *imperium* como procônsul, de modo que, quando Augusto morreu em 14 d.C., na Campânia, não havia dúvidas de que Tibério seria o novo *princeps*.

Tibério tomou assim controle da casa imperial e iniciou a transição de reinado, escrevendo primeiramente aos exércitos romanos. Em seguida, não se sabe se com a ciência de Tibério ou não, Agripa Póstumo, terceiro filho de Agripa e Júlia, e adotado por Augusto em 4 d.C., foi executado na ilha de Planásia, onde estava exilado desde 7 d.C. (Wiedemann 1996 202).

Tibério acompanhou o traslado do corpo de Augusto até Roma e o funeral público foi decretado numa sessão do senado em setembro, convocada por Tibério por conta de sua *tribunicia potestas*. O testamento de Augusto foi lido no senado, confirmando Tibério como seu principal herdeiro. Coube-lhe dois terços dos bens de Augusto, o restante sendo destinado a Lívia.

Tendo sido apresentadas as linhas gerais do contexto dinástico que possibilitou a ascensão de Tibério, cabe observar agora os pontos mais relevantes de sua relação com o senado, um parceiro importante do imperador no governo do império. Do ponto de vista da composição social do órgão, Tibério mostrou-se avesso a se admitir de forma indiscriminada novos membros ao senado, e preferiu se limitar a indivíduos oriundos da Itália, que, à época, incluía a Gália Cisalpina. Já no tocante ao trato com esse órgão, a historiografia moderna tem indicado a preocupação desse *princeps* em revitalizar o senado para que agisse de forma mais eficiente na condução dos assuntos públicos (Levick 1999 70-3). Um primeiro passo constou da reformulação do *consilium* formal que Augusto instituíra para preparar a agenda levada ao senado.

A partir de 13 d.C. esse grupo era formado por vinte senadores, com mandatos anuais, cônsules, cônsules designados, Tibério e seus filhos, e outros membros escolhidos *ad hoc*. As decisões ali tomadas pesavam no debate no senado e, antes de 13 d.C., suas resoluções tinham até mesmo o status de *senatus consulta*, diminuindo, portanto, a autoridade do senado. Tibério aboliu este comitê, mantendo um outro tipo de *consilium*, constituído de seus amigos de confiança, além de vinte lideranças escolhidas pelo senado. Esses vinte membros eram representantes permanentes do senado para aconselhar Tibério em questões administrativas. Tratava-se, pois, de uma configuração que garantia o prestígio do senado e não impedia necessariamente a deliberação senatorial. Outra medida na direção de um fortalecimento controlado do senado nota-se na transferência das eleições dos *comitia centuriata* e *tributa* do povo para o senado (Tac. *Ann.* 1.81). O povo perdia, assim, sua voz nas eleições e o senado votava agora nos candidatos a magistraturas, produzindo uma lista com o número necessário para o preenchimento das vagas. A competição por cargos era decidida nos bastidores, entre os senadores, e o imperador recebia os nomes dos candidatos e lia a lista no senado. Em suma, o *princeps*, com Tibério, obtinha um papel formal no processo eleitoral.

Contudo, no que dizia respeito às finanças do Império e ao controle do exército, Tibério deixou o senado em segundo plano, mesmo sem alijá-lo de todo. Na crise financeira de 33 d.C. (Tac. *Ann.* 6.16-17; Suet. *Tib.* 48; D.C. 58.21) Tibério desembolsou dinheiro próprio para contemplar proprietários fundiários, mas concedeu a gestão da distribuição do recurso aos senadores. Mesmo nos casos de processos de lesa-majestade (*maiestas*), em que as propriedades dos condenados eram confiscadas pelo Estado, o direcionamento dos valores, sob Tibério, tendia a ir para o Fisco imperial – controlado diretamente pelo *princeps* – e não para o erário público, formalmente da alçada do senado (Levick 1999 77; 104). Estes confiscos concentrados levaram, em larga medida, à própria crise financeira de 33 d.C. (Gaia 2014).

No plano provincial, embora Tibério tenha enfrentado revoltas na Gália em 21 d.C. (Tac. *Ann.* 3.40-46) e na África entre 17 e 25 d.C. (Tac. *Ann.* 2.52; 3.20; 4.13; 24-26), no geral o Império manteve-se pacificado e coeso. Duas inovações marcaram seu Principado. Primeiro, o longo mandato de alguns governadores de províncias, e, segundo, o governo de províncias sem a presença física de legados do imperador. Foi o caso de Lúcio Élio Lamia, legado da Síria entre 21 e 32, e de Lúcio Arrúncio, legado da Tarraconense entre 23 e 33 d.C. (Levick 1999 97). Tratar-se-ia, portanto, de uma tentativa de administração centralizada, com o *princeps* em Roma administrando as províncias. O próprio Tibério não visitou qualquer província após sua nomeação como imperador, recorrendo inicialmente a membros da casa imperial, como Germânico que realizou campanhas na Germânia e no Oriente. No geral, a visão que Tibério tinha do Império estava muito centrada em Roma e na Itália, com as províncias entendidas ainda basicamente como fontes de tributos. Tampouco gozou de

popularidade com a plebe de Roma – ponto ressaltado por Suetônio (*Tib.* 75) – e mostrou-se preocupado em expandir os limites territoriais do Império. Manter a paz das regiões conquistadas era seu objetivo, em sintonia com as recomendações do testamento de Augusto.

Um ponto de inflexão em seu reinado é a ida para Capri em 27, estabelecendo aí sua corte e não mais ficando acessível diretamente ao senado como anteriormente. Nesse contexto ganhou proeminência Lúcio Élio Sejano, comandante da guarda pretoriana. Sejano chegou a ter uma grande influência junto ao senado, articulando inclusive uma sucessão de acusações de *maiestas* contra seus opositores, em geral partidários de Agripina, esposa de Germânico. Em 29 conseguiu a deportação de Agripina e seu filho Nero, e Druso, seu segundo filho, foi aprisionado no palácio em 30. Sejano tentou obter de Tibério consentimento para se casar com Lívia, viúva de Druso, filho de Tibério, mas não logrou êxito. Em 31, quando Sejano tentou eliminar Calígula, terceiro filho de Agripina, foi acusado de conspiração perante o senado e executado.

No período em que Sejano atuou como intermediário entre o senado em Roma e Tibério em Capri, esse órgão viu-se mais envolvido em disputas dinásticas e sua posição política viu-se enfraquecida com o centro do governo afastado. Se a própria retirada de Tibério do contato mais imediato com os senadores teve por meta estimular a independência do senado, fato que se observa desde o início de seu reinado, o resultado obtido foi diferente.

Tibério morreu em 37 d.C., em Miseno, provavelmente pelas mãos de Calígula, que então ascenderia ao trono. A imagem que os escritores do século II, como Tácito e Suetônio, nos deixaram aproximam Tibério de um tirano. Todavia, seu governo, como aqueles dos demais Júlio-Cláudios, deve ser entendido como um momento de experimentação política, em que se buscava parâmetros de governabilidade tendo em vista a confluência de uma nova cultura política imperial – cujo centro era a casa imperial – com os elementos institucionais do período republicano (Campos 2013 11-12).

2. Calígula³

Gaio César Germânico nasceu em 31 de agosto de 12 d.C. em Antium, filho de Germânico e Agripina Maior. O apelido de Calígula foi dado pelos soldados da frente renana, onde esteve com sua mãe em 14 d.C. – e ele, como sói ocorrer, não gostava do apelido. Calígula, que já era sobrinho-neto de Augusto, também se tornou seu neto quando Germânico foi adotado por Tibério. Em 17 d.C. Calígula acompanhou o triunfo de seu pai sobre as tribos germânicas. Em 18 d.C. Germânico partiu com a família para Oriente, pois o

³Sobre o reinado de Calígula as principais fontes são Suetônio (*Cal.*) e Dión Cássio (59). Seguiremos Eck 2006b; Kienast 2011 85-89; Barrett 2001; Winterling 2011; Wiedemann 1996 221-229.

conjunto das províncias orientais fora-lhe confiado com um *maius imperium*. Com a morte de seu pai em 19 d.C., em Antioquia, Calígula e Agripina retornaram a Roma. Com o exílio da mãe, foi educado por sua avó Lúvia e depois por Antônia. Em 31 d.C. Tibério levou-o para Capri, e apontou-o, junto com o neto Tibério Gemelo, seu herdeiro. Calígula esteve envolvido na conspiração contra Tibério em 37 d.C., tanto que, no mesmo dia da morte do imperador, a 16 de março, soldados em Miseno aclamaram-no *imperator*, e, dois dias depois, o senado acompanhou o gesto. Logo assumiu todos os títulos individuais que foram de Tibério, com a exceção de *pater patriae* (que tomaria depois). Foi cônsul *suffectus* nesse ano de 37 e cônsul em 39, 40 e 41 (Eck 2006).

De acordo com Suetônio (*Cal.* 13), a ascensão de Calígula ao poder foi comemorada pela população de Roma, pelos soldados que o conheceram quando criança e pelos habitantes das províncias. Seu primeiro discurso no senado – na versão de Dión Cássio (59.6) – teve um tom conciliatório, afirmando que governaria juntamente com os senadores e colocaria um fim nos processos de lesa-majestade (*maiestas*). No discurso fúnebre de Tibério, pronunciado em abril de 37, ressaltou sua vinculação a Augusto e Germânico, e, a despeito do fato de o testamento de Tibério ter sido invalidado, honrou seu conteúdo: doações à guarda pretoriana, ao povo de Roma e às coortes urbanas (uma espécie de força policial).

Outro ato simbólico de reverência à sua família imediata foi sua ida às ilhas onde sua mãe e irmão pereceram no exílio. Calígula retornou a Roma com seus restos mortais e depositou-os no mausoléu de Augusto. Na cerimônia, membros proeminentes da ordem equestre carregaram as urnas em liteiras normalmente destinadas para transportar estátuas de deuses. Cabe ressaltar que, durante o principado de Calígula, as mulheres da família imperial receberam até então o mais público reconhecimento de seu poder e importância dinástica. As honras conferidas a suas irmãs (Agripina, Drusila e Júlia Livila) e à mãe destacam-se na primeira cunhagem de moedas inteiramente devotadas (isto é, tanto no anverso quanto no reverso) a uma mulher (um sestércio dedicado a Agripina, a Velha); pelo fato de terem sido as primeiras mulheres vivas representadas e nomeadas numa emissão de moedas romanas imperiais (as três irmãs de Calígula num sestércio de 37-8 d.C.); as primeiras mulheres cujos nomes foram incluídos em juramentos públicos junto com aqueles endereçados ao imperador; as primeiras mulheres a deterem os direitos de virgens vestais (suas irmãs e Antônia Menor, sua avó); a primeira mulher (Drusila) a ser nomeada no testamento de um imperador como herdeira de seu *imperium*, bem como a primeira a ser deificada (Wood 1995; Griffin 1984 26).

Embora tais atos tenham sido interpretados pelos autores antigos – e por parte da historiografia moderna que subscreve a imagem de Calígula como um “imperador louco”⁴ –, observa-se na ênfase de Calígula em suas irmãs uma

⁴ Para uma crítica desse tipo de abordagem, não só para o caso de Calígula, mas também de Nero e Domiciano, ver Winterling 2012.

certa racionalidade no sentido de que honrá-las publicamente era honrar o remanescente da família de Agripina e Germânico, alvo de perseguições por Sejano sob Tibério. Significava, assim, preparar o público para a aceitação de qualquer filho de suas irmãs como potenciais herdeiros do trono. Como nos ensina Saller (1994 95ss), a família como entidade composta por parentescos consanguíneos vai perder importância no Império. Passam a ter cada vez mais peso as relações de parentescos ágnatas, geradas por casamentos e adoções, por exemplo. A família vai deixando de ser progressivamente o resultado de uma ascendência genética – a respeito da qual nada se pode fazer – para corresponder a um conjunto de relações que se pode construir.

Isto se revela sobretudo no caso de Drusila. Ainda que casada com Lúcio Cálgula Longino, Cálgula uniu-a com Marco Emílio Lépidio, membro de uma prestigiosa família republicana e de longa data associada a Augusto. Seu pai (cônsul em 6 d.C.) teria sido considerado por Augusto como *capax imperii* (cf. Tac. *Ann.* 1.13). A irmã de Lépidio, Emília Lépidia, fora esposa de Druso, irmão de Cálgula. A confiança de Cálgula em Lépidio transparece, ademais, no fato de ter-lhe dado o sinete durante sua convalescência em 37 d.C., indicando que Lépidio, como marido de Drusila, deveria administrar a casa imperial se Cálgula falecesse (Wiedemann 1996 224). Se entende, então, que a morte de Drusila em setembro de 38 tenha impactado as pretensões de Cálgula.

No entanto, o ponto de virada de seu governo é localizado em 39, quando Cálgula alegou a descoberta de uma conspiração para derrubá-lo. As circunstâncias desse evento não são muito claras, mas um dado de relevo é que os indivíduos envolvidos não eram velhos rivais da família de Germânico e tampouco partidários de Tibério Gemelo, que Cálgula eliminara em 37 (Winterling 2011 94). À frente estariam Lépidio e Cneu Cornélio Lentulo Getúlico, cônsul em 26 d.C. e comandante das legiões da Germânia superior desde 30. A presença de Lépidio confere um conteúdo dinástico a essa conspiração, visto que fora casado com Drusila e a morte dela não o distanciou das pretensões ao poder supremo. Dessa maneira, a conspiração de 39 foi o primeiro momento em que Cálgula viu-se impelido a defender sua posição no plano da casa imperial. Esse foi o momento também em que Cálgula rompeu o estado de conciliação com o senado, acusando os senadores de odiá-lo e planejarem sua morte (D.C. 59.16.2-7). Então, como sintetiza Aloys Winterling (2012 12), “ele rompeu o complexo e ambíguo sistema de comunicação e trouxe à tona a questão central que, durante décadas, e com grande esforço, fora mantida latente na comunicação entre imperador e senadores: a discrepância fundamental entre o poder imperial e os interesses da aristocracia, a falta de aceitação do imperador e a ameaça a sua pessoa representada especificamente pelos senadores”. Este quadro se repete no caso de outros “maus imperadores”, notadamente Nero e Cômodo.

Lépidio e Getúlico foram executados, enquanto que Agripina e Livila, acusadas de adultério com Lépidio, foram exiladas. Essas ações foram tomadas por

Calígula a caminho das legiões do Reno, com o objetivo primevo de conter uma possível rebelião liderada por Getúlico. O imperador, após executá-lo, substituiu-o por Sêrvio Sulpício Galba, e reorganiza as tropas, dispensando um número de centuriões e também comandantes de outras legiões de províncias que teriam chegado tarde à Germânia. Calígula acreditava que havia uma rebelião de Getúlico, mas o cenário que encontrou não foi de resistência. Ao lado de Galba, Calígula chefiou algumas expedições ao longo do Reno.

O imperador deixou a fronteira renana e passou o inverno de 39-40 em Lyon, capital da província da Gália Lugdunense. Nessa localidade Calígula organizou dois leilões, um com as posses de suas irmãs, outro com pertences da família imperial. As fontes que reportam esses eventos – Suetônio (*Cal.* 39.1) e Dión Cássio (59.21) –, apesar de, em parte, aproveitarem a oportunidade para enfatizar o comportamento tirânico de Calígula, que teria dispensado bens do povo romano por ganância, também permitem vislumbrar uma preocupação do imperador em ganhar apoio das elites gaulesas, permitindo-lhes que tivessem acesso a bens da família imperial. O segundo leilão, sobretudo, poderia assim ser compreendido como um ritual de conciliação num momento de enfrentamento de conspirações e necessidade de dinheiro. Cabe lembrar que, na Gália, Calígula concebe a ideia de uma conquista da Bretanha, além de medidas para assegurar a posição romana no limite renano (Kleijwegt 1996).

Ambas as regiões estavam estrategicamente ligadas, embora não se possa asseverar que Calígula tivesse por pretensão uma grande ofensiva na Germânia. Garantir a frente oriental contra incursões germanas significava possibilitar uma campanha na Bretanha sem o risco de cortes nos suprimentos. De toda a sorte, qualquer plano de invasão da ilha parece ter sido adiado e Calígula retornou a Roma em agosto de 40 (Barrett 2001 129-138), colocando em prática, até sua morte em janeiro de 41, uma política de enfrentamento com a aristocracia senatorial, a ponto de colocar a guarda pretoriana posicionada no senado e promover uma degradação cerimonial no trato com os aristocratas. O auge dessa conjuntura ocorreu quando Calígula permitiu que a aristocracia o venerasse como divino, um fato inédito até então. Em suma, o que se observa doravante no comportamento de Calígula é a tentativa de aniquilar a hierarquia aristocrática e obter uma posição de honra para si mesmo para além daquela hierarquia baseada nas honras republicanas ligadas a magistraturas (Winterling 2012 14).

O resultado final dessa tensão entre *princeps* e aristocracia foi a eliminação do próprio Calígula por uma conspiração em 24 de janeiro de 41, quando também pereceram sua esposa Milônia Cesônia e a filha Júlia Drusila.

Do ponto de vista da história dos Júlio-Cláudios, o reinado de Calígula permite vislumbrar, com suas frequentes alusões ao passado da dinastia e importância das mulheres da família imperial, um momento crucial para o estudo da legitimidade dinástica (Cogitore 2002 202), aspecto este que continuará candente sob os imperadores seguintes, Cláudio e Nero, quando também entram em cena os libertos imperiais.

3. Cláudio⁵

Nascido em 10 a.C., em Lugdunum (Lyon), Tibério Cláudio Druso era o filho mais jovem de Cláudio e Antônia Menor, irmão de Germânico, sobrinho de Tibério e tio de Calígula. Embora intimamente vinculado à *domus Augusta*, Cláudio permaneceu uma figura de segundo plano. Augusto conferiu-lhe o augurado, mas Cláudio não ingressou no senado. Continuou como membro da ordem equestre e, após a morte de Augusto, tornou-se *sodalis Augustalis*.

Quando Calígula se tornou imperador em 37, designou Cláudio como co-cônsul, mas, a nos fiarmos em Suetônio (*Cl.* 9.2), apenas para rebaixá-lo, consultando-o sempre por último nas sessões do senado. Desde 39/40, Cláudio esteve casado com Valéria Messalina, de quem teve Otávia, em 40, e Britânico em 41. Foi aclamado imperador pelos pretorianos (e logo depois pelo senado) em 41, em seguida à morte de Calígula (da qual provavelmente foi cúmplice, cf. Levick 1990 35). Cláudio recebeu a *tribunicia potestas* e o *imperium proconsulare*, além de ser *pontifex maximus*. Foi cônsul quatro vezes e recebeu o título de *pater patriae* já em 42 (Eck 2006).

A tradição literária – em especial, Sêneca, Suetônio e Tácito – sobre Cláudio é particularmente hostil, embora permitam vislumbrar pontos positivos de seu governo. Prepondera, contudo, a imagem de um imperador “fraco”, sem muita iniciativa própria, refém de suas esposas e libertos. A historiografia mais recente tem buscado rever essa interpretação, tomando os anos de reinado de Cláudio como ponto de partida para uma análise do desenvolvimento da cultura política imperial num momento ainda incipiente de institucionalização do Principado (Osgood 2011 22).

Nesse sentido, um fato digno de menção foi o apoio dos pretorianos a Cláudio, que deixou o senado sem alternativa a não ser proclamá-lo imperador. O débito de Cláudio com a guarda pretoriana revela-se nas moedas do início de seu governo (que mostram imagens do imperador com os soldados), e cuja cunhagem objetivou pagar o donativo sem precedentes de quinze mil sestércios aos pretorianos (Wiedemann 1996 232). Contudo, não apenas uma lógica pecuniária explica a posição da tropa, visto que já revela a atuação do exército na fabricação do *princeps*, um dado que retornará de forma mais incisiva após a morte de Nero em 68.

Do ponto de vista dinástico, Cláudio, assim como seus antecessores, buscou reforçar sua posição por alianças familiares. Em 42 Ápio Júnio Silano foi chamado de seu governo na Tarraconense para se casar com a mãe de Messalina, Domícia Lépidia, filha da sobrinha de Augusto, Antônia Maior. A filha de Cláudio com Élia Petina, Antônia, foi casada com Pompeu Magno, filho de

⁵ Sobre Cláudio as principais fontes são Sêneca (*Apoc.*), Suetônio (*Cl.*), Tácito (*Ann.* 11-12) e Dión Cássio (60). Seguimos Eck 2006c; Kienast 2011 90-92; Levick 1990; Osgood 2011; Wiedemann 1996 229-241.

Marco Licínio Cássio Frugi, cônsul em 27 d.C.. Otávia, filha de Cláudio e Messalina, com dois anos foi comprometida com Lúcio Júnio Torquato Silano. Cláudio também permitiu o retorno do exílio de Júlia Livila e Agripina. Livila foi executada pouco depois de sua volta, mas Agripina recuperou a guarda de seu filho, Domício Aenobarbo, o futuro imperador Nero, e sua propriedade, confiscada por Calígula, voltou às suas mãos. Casou, então, com Gaio Salústio Passieno Crispo, filho adotivo de Gaio Salústio Crispo, conselheiro de Augusto. Como notou Barbara Levick (1990 46), “a proeminência das mulheres nos principados de Gaio e Cláudio mostra o quanto de progresso ocorreu em direção de se tornar a posição suprema virtualmente a posse hereditária de uma única família”. Todavia, dentro desse mesmo processo, já em 42 Cláudio veio a enfrentar conspirações. A primeira, com Ápio Silano, acima citado, e a segunda, liderada pelo legado da Dalmácia, Lúcio Camilo Escriboniano. Ambos acabaram mortos (Wiedemann 1996 253-4).

Um segundo aspecto que confere uma certa peculiaridade ao principado claudiano é o papel desempenhado pela chamada *familia Caesaris*. Com Cláudio, alguns libertos assumiram um maior papel político-administrativo devido a uma associação entre procuradores equestres e procuradores libertos para a administração de assuntos financeiros e provinciais. Cabe notar que as carreiras de cavaleiros e libertos sempre se mantiveram rigidamente separadas (Weaver 1981), de maneira que as críticas dirigidas aos libertos imperiais pela aristocracia em Roma visavam mais à atribuição de honrarias a esse segmento pelo imperador, que costumeiramente cabiam a senadores. Essa dissonância de status, sublinhada pelos autores antigos, não nos deve fazer esquecer a função dos libertos na gerência da casa e propriedades imperiais. Os numerosos testemunhos epigráficos, estudados sobretudo por Boulvert (1970) e Weaver (1972), documentam esse ponto. E mesmo informações fornecidas pela literatura permitem vislumbrar tal papel. Para o caso específico do principado de Cláudio, pode-se citar o *senatus consultum Claudianum*, de 52 d.C. (cf. Gaius *Inst.* 1.84), que, conforme Tácito (*Ann.* 12.53), foi apresentado ao senado como uma proposta do liberto Palas, encarregado das finanças imperiais. O objetivo último da lei era regular os casamentos na *familia Caesaris*, resguardando os interesses do *fiscus*, ao reduzir as esposas, nascidas livres, de escravos imperiais à condição de escravas imperiais (*Caesaris servae*), e todos os seus filhos ao *status* de escravos também (*Caesaris verna*) (Weaver 1972 168).

Além dessa maior importância dos libertos e escravos do imperador, observa-se também, no governo de Cláudio, uma redefinição das atribuições da ordem equestre. Por um lado, em Roma, Cláudio reduziu a idade de 25 para 24 anos para os cavaleiros comporem tribunais de justiça, um campo que particularmente interessou Cláudio. Por outro lado, no tocante à organização das províncias (a conquista da Bretanha foi seu maior triunfo), enquanto anteriormente os cavaleiros enviados para governar províncias menores ou distritos como a Judeia e a Récia ganhavam o título militar de prefeito, que conferia certo prestígio,

com Cláudio ocorreu uma substituição dos prefeitos por procuradores, como, por exemplo, nas novas províncias da Mauritânia Caesariense e Mauritânia Tingitana (Levick 1990 48-49; Osgood 2011 113). O uso do título *procurator* enfatizava o controle pessoal de Cláudio sobre as províncias, uma vez que os *praefecti* eram usualmente apontados pelo comandante senatorial que subjagara o território. Esse maior controle imperial também se nota na transferência, em 44 d.C., da responsabilidade pelo *aerarium Saturni* de uma dupla de pretores (que era escolhida anualmente por sorteio, desde 23 a.C.)⁶ para uma outra de questores, agora apontados pelo *princeps*, e na transferência da responsabilidade pelo pagamento das distribuições de trigo do *aerarium* para o *fiscus*, ou seja, para o tesouro imperial. Essas medidas todas foram tomadas por alguns estudiosos, como Arnaldo Momigliano (1961), como reveladoras de uma tendência centralizadora de Cláudio, confrontando a autonomia senatorial.

No entanto, há registros também de muitas questões que Cláudio poderia ter resolvido sozinho, mas que remeteu ao senado (Eck 2006). Por exemplo, ele fez o senado confirmar a autoridade de procuradores na administração da justiça (Tac. *Ann.* 12.60), assim como possibilitou o ingresso de alguns aristocratas gauleses no senado, com a aquiescência desse órgão (Tac. *Ann.* 11.23-25; *CIL* XIII 1668 = *ILS* 212; ver Griffin 1982). Mesmo no caso de Palas, acima citado, foi o senado quem conferiu os *ornamenta praetoria* (Tac. *Ann.* 12.53; para indignação de Plínio, o Jovem, *Ep.* 7.29.2).

Ao invés de se falar em centralização do poder – algo que é inerente ao governo de qualquer imperador – é preciso atentar para o principado de Cláudio como um período importante na institucionalização de uma corte (*aula*). Isso se nota na configuração das residências imperiais no monte Palatino, onde, de Augusto a Nero, as casas de outros aristocratas foram, sucessivamente, deslocadas pelas *domus* dos *principes*.

Sob Cláudio, a chamada *domus Tiberiana*, uma construção palaciana, cujas dimensões mediam 117 por 132 metros, desenvolveu-se na parte setentrional da colina, rompendo – assim, como, mais tarde, sob Domiciano, a *domus Augustana* na parte meridional do Palatino – do ponto de vista qualitativo e quantitativo com os padrões das residências aristocráticas de então, impondo um caráter à parte para a casa imperial (Winterling 1999 64). A partir de Cláudio, a corte assumiu um papel central na tomada de decisões políticas e que afetavam os rumos dinásticos do Principado (Michel 2015). Isso fica bem ilustrado pela movimentação na corte que se seguiu a uma conspiração contra o imperador, quando sua esposa, Messalina, pretendeu desposar um jovem aristocrata, de nome Gaio Sílio. O problema não foi a infidelidade de Messalina, mas a formação de laço matrimonial, reforçando nossa hipótese de que as famílias governantes ganhavam destaque em detrimento de indivíduos. E, na composição das famílias, casamentos e adoções são fundamentais. Após a eliminação de ambos, de acordo

⁶Vide cap. 1, Leão e Brandão, § 4.2 e 4.4.

com Tácito, os libertos de Cláudio discutiram entre si, sobre a futura esposa do imperador (*Ann.* 12.1). O casamento de Cláudio com Agripina em 48 d.C., sob instigação de Palas, abriu caminho para que seu filho, Domício Aenobarbo, fosse designado como sucessor ao trono. Em 49 foi prometido a Otávia, filha de Cláudio, e, em 50, foi adotado pelo imperador. Cláudio acabou morto, envenenado pela própria Agripina em 54 (*Tac. Ann.* 12.66-69; *Suet. Cl.* 44).

4. Nero⁷

Nascido em 15 de dezembro de 37, em Antium, Lúcio Domício Aenobarbo era filho de Cneu Domício e Agripina Menor. O pai de Nero morreu em 40 e sua mãe foi banida por Calígula, fazendo com que Nero fosse inicialmente criado por sua tia, Domícia Lépidia. Quando Agripina retornou do exílio em 41, Nero, como descendente de Augusto, ficou visado como sucessor ao trono. Isso apenas foi reforçado por sua adoção por Cláudio em 50, quando tomou o nome de Nero Cláudio César Druso Germânico. Em 51 Nero foi designado *princeps iuventutis*, e, em 53, casou-se com Otávia, filha de Cláudio. Embora Cláudio tivesse um filho próprio, Britânico, Agripina conseguiu afastá-lo. A morte de Cláudio em 54 selou a ascensão de Nero. Em 13 de outubro de 54 Nero foi aclamado pelos pretorianos, cujo prefeito, Afrânio Burro, era aliado de Agripina. Outro suporte importante vinha de Sêneca, cuja volta do exílio imposto por Cláudio fora orquestrada por Agripina. O senado logo conferiu a Nero a *tribunicia potestas* e o *imperium proconsulare*, tradicionais atributos que confirmavam o poder imperial. Em 55 Nero assumiu seu primeiro consulado; os seguintes ocorreram em 57, 58, 60 e 68. Em 55 aceitou o título de *pater patriae*, após uma vitória diplomática contra os Partos (Elvers - Eck - Eder 2006).

Embora Agripina tenha estado à frente para elevar Nero ao poder imperial, após 55 ocorre um paulatino enfraquecimento de sua influência. O assassinato de Britânico nesse ano consolidou a posição de Nero, assim como o afastamento, nesse mesmo ano, do liberto Palas de seu posto de *a rationibus*. A ligação de Nero com uma liberta, Acte, também é relacionada por Tácito e Dión Cássio a uma perda do controle da mãe sobre o filho. Acte aparece logo em 55, como amante do imperador (*Ann.* 13.12), com a ciência de Sêneca e Burro, e Dión Cássio (61.71), remontando a ascendência de Acte a Átalo III, rei de Pérgamo, afirma que o imperador amava-a mais que a Otávia, sua esposa.⁸ O assassinato

⁷ Sobre Nero as principais fontes são Suetônio (*Nero*), Tácito (*Ann.* 13-16) e Dión Cássio (61-63). Seguimos Champlin 2003; Elvers - Eck - Eder 2006; Griffin 1984; Kienast 2011 96-98; Wiedemann 1996 241-255.

⁸ Escrava libertada por Cláudio ou Nero, Acte recebeu de Nero vastas propriedades fundiárias no Lácio (em Velletri), na Campânia (em Pozzuoli), talvez no Egito e principalmente na Sardenha (em Ólbia) (Mastino - Ruggeri 1995).

de Agripina em 59 constituiu o auge desse processo de separação de Nero das suas ligações com a família Júlio-Cláudia, ainda mais intensificado ao se divorciar de Otávia, e bani-la de Roma em 62, para se casar com Popéia Sabina, oriunda de uma família sem ancestralidade senatorial, de Pompéia (Griffin 1984 101-102). O assassinato de Agripina, se confiarmos em especial no relato de Tácito, contou com largo apoio dos soldados, das municipalidades e, por fim, do próprio senado (Tac. *Ann.* 14.10-13). Já o banimento de Otávia encontrou resistência (Tac. *Ann.* 14.61). Avaliamos que ambos os movimentos, de apoio e resistência, têm a mesma origem: uma preocupação com o enfraquecimento da família imperial.

Sêneca e Burro destacam-se, portanto, como as principais personalidades dos anos iniciais do principado neroniano, tanto que, como ponderou Anthony Barrett (1999 159), “a natureza da influência de Sêneca e Burro sobre Nero e suas contribuições no declínio do papel de Agripina representam o mais difícil problema histórico dos primeiros anos do reinado de Nero”. No caso específico de Sêneca, é comum atribuir-lhe, seguindo Tácito, a elaboração de uma proposta de governo para Nero sintonizada com um ideal senatorial, que postulava, acima de tudo, uma colaboração entre imperador e senado, como se o *princeps* fosse um *primus inter pares*, qualificada especialmente na literatura anglófona como um *quinquennium Neronis* (para uma crítica desta concepção, ver Faversani 2014). A leitura da obra de Sêneca, como seu *De clementia*, contudo, não corrobora essa tese, visto que Sêneca aí avança um ideal de principado que o tornava mais autocrático e centralizado (Faversani 2007).

De qualquer forma, Nero não deixou de reconhecer a dignidade das ordens equestre e senatorial. Suetônio cita o fato de não ter admitido no senado filhos de libertos e o costume de fazer ler por um cônsul suas mensagens na cúria (*Nero* 15) como exemplos de seu respeito pela instituição do consulado. Na descrição suetoniana dos espetáculos oferecidos por Nero em Roma continua a predominar a ênfase no respeito do imperador frente à aristocracia, como nos *Iuvenales* (*Nero* 11). Os *Iuvenales* foram instituídos em 59 d.C. (Tac. *Ann.* 14.15; D.C. 61.19-21) e pelo menos até antes de 64 esses jogos foram realizados anualmente. Além dos *Iuvenales*, a participação de aristocratas no palco ou na arena é atestada para os anos 57 (Tac. *Ann.* 13.31), 59 (Tac. *Ann.* 14.14; D.C. 61.17), 60 (Tac. *Ann.* 14.20; D.C. 61.21) e 63 (Tac. *Ann.* 15.32). Sobre os jogos quinquenais em 60 d.C., Tácito reconhece que muitos, inclusive senadores, apoiavam a iniciativa de Nero (*Ann.* 14.21). Sobre os jogos denominados *Neronia*, Suetônio acrescenta ainda que Nero deu lugares de honra aos senadores e aos cavaleiros e determinou que consulares fossem sorteados como juízes dos concursos (*Nero* 12) (cf. Joly 2005 117-119).

Essa preferência de Nero pelo campo artístico, longe de ser uma mera excentricidade do imperador, revela uma forma de se inserir no ambiente de competição intra-aristocrática de Roma e uma certa concepção do Principado (Manning 1975). De acordo com Aloys Winterling, “com Nero, não é a referência à *res publica* que serve como base para a posição imperial. A hierarquia

política tradicional, em que a honra social resultava de cargos políticos, ou seja, a partir de conquistas para a comunidade política, e em que o imperador não encontrava um lugar, aqui aparece anulada e substituída por uma alternativa. Um tipo de meritocracia permanece como a base da classificação social. Não honras de cargos públicos, mas vitórias nas competições aparecem como a base da glória imperial, e antigos ideais aristocráticos gregos servem como ponto de referência” (Winterling 2012 14).

Essa escolha, todavia, não impediu um certo isolamento do imperador frente a setores da aristocracia e sobretudo frente ao exército (a despeito das vitórias na Bretanha sobre Boudica por Suetônio Paulino em 60, e sobre os Partos com Domício Corbulão em 63). Em especial com a plebe de Roma Nero gozava de popularidade⁹. Em 65 arma-se uma conspiração contra Nero para tentar colocar no poder C. Calpúrnio Pisão, de uma família nobre. Tácito qualifica essa conspiração de *militaris conspiratio* (Ann. 15.66) pelo envolvimento de pretorianos (ver também Suet. *Nero* 36.1-2; D.C. 62.24-27). Delatada a conjura por um liberto dos senadores envolvidos, seguiu-se uma dura repressão com a morte de cavaleiros e senadores. O próprio Sêneca, e seu sobrinho, o poeta Lucano, pereceram nessa ocasião. Outro fator importante de instabilidade do principado de Nero foi o grande incêndio de Roma em 64. Além de ter gerado importantes problemas fiscais sobre os quais as fontes falam pouco, trouxe uma agudização das diferenças hierárquicas entre imperador e os demais aristocratas com a construção da monumental *Domus Aurea*. Para se ter uma ideia, sob Vespasiano, a construção do magnífico Coliseu foi celebrada como a retomada para o público daquilo que havia sido apropriado por um privado. A tensão entre público e privado no que se refere às posses e atuação tanto do imperador quanto daqueles que lhe são próximos, seguirá sendo um tema central de conflitos ao longo de todo o principado.

Desde então a posição de Nero em Roma fragiliza-se, tanto que, em 66, parte para a Grécia, para participar em concursos artísticos, deixando seu liberto Hélio em Roma como informante do estado de coisas. Retornou a Roma apenas em 68, quando teve notícias da sublevação de Júlio Vindex, apoiado por Galba, na província da Gália Lugdunense. Ninfídio Sabino, prefeito do Pretório, percebendo que Nero estava isolado, juntou-se a Galba com os pretorianos. Em 8 de junho de 68, o senado declarou Nero inimigo público. Um dia depois, fora de Roma, Nero comete suicídio, auxiliado por um de seus libertos.

Seguiu-se à morte de Nero uma guerra civil que perduraria até a vitória final de Vespasiano em 69, em que os envolvidos clamavam estar libertando Roma da opressão de um tirano. Moedas com as legendas *Libertas Restituta* e *Adsertor Libertatis Publica* foram cunhadas por Júlio Civil, Galba, Vitélio e Vespasiano, sugerindo que certos grupos antes se viam como “escravos” de Nero (Roller 2001

⁹ A relação da plebe de Roma, bem como o apelo popular desse imperador, até mesmo depois de sua morte, é um ponto desenvolvido por Champlin 2003.

261). Ainda no século IV, Aurélio Vitor, em seu *Epitome de Caesaribus*, uma compilação de eventos dos reinados de Augusto a Teodósio, apresenta o comportamento da plebe de Roma, quando da morte de Nero, como um ritual de libertação de escravos¹⁰. Com o fim de Nero, encerrava-se a dinastia Júlio-Cláudia.

Tácito, quando narra, nas *Histórias*, os eventos da guerra civil de 68-69, que se seguiu à morte de Nero, afirma que então fora desvelado um dos *arcana imperii*: o imperador agora poderia ser feito fora de Roma (*Hist.* 1.4)¹¹. Se esse comentário, por um lado, revela o peso maior dos exércitos na indicação do *princeps* após os Júlio-Cláudios, por outro, não significa que deitou por terra a ideia de dinastia. Vespasiano, que saiu vitorioso da guerra civil, foi sucedido por seus filhos, Tito e Domiciano.

Um aspecto interessante quando estudamos os principados dos Júlio-Cláudios é o afastamento entre o que dizem as fontes de sua própria época e aquelas posteriores. Isto já havia sido apontado por Tácito quando cunhou sua famosa legenda “*sine ira et studio*”. Mas cumpre destacar que é um campo fértil para reflexão tanto que os imperadores bons foram se transformando pelas fontes em imperadores perfeitos (sendo todas as críticas pouco a pouco esquecidas, como no caso de Augusto) e os maus foram feitos intoleráveis – mesmo tendo governado por mais de década em alguns casos, como Nero e Domiciano (sendo suas qualidades totalmente apagadas com o passar das gerações). Esta ilusão produzida pelas fontes de uma divisão enorme entre bons e maus imperadores se tornou algo corrente para o público, mas vem sendo intensamente revisada pela historiografia recente.

Tábua cronológica

- 19 de agosto de 14 d.C. – morte de Augusto
- 10 de outubro de 19 d.C. – morte de Germânico
- 26 d.C. – Tibério deixa Roma
- 27 d.C. – Tibério se fixa em Capri
- 31 d.C. – morte de Sejano
- 16 de março de 37 d.C. – morte de Tibério
- 39 d.C. – exílio de Agripina e Livila, irmão de Calígula
- 24 de janeiro de 41 d.C. – assassinato de Calígula
- 43 d.C. – conquista da Bretanha por Cláudio
- 50 d. C. – adoção de Nero por Cláudio
- 13 de outubro de 54 d.C. – morte de Cláudio
- Março de 59 d.C. – assassinato de Agripina, mãe de Nero
- 19 de junho de 64 d.C. – início do incêndio de Roma, sob Nero, que duraria cerca de nove dias
- 65 d.C. – conspiração de C. Calpúrnio Pisão contra Nero
- Setembro de 66 d.C. – ida de Nero à Grécia para participar em jogos
- 09 de junho de 68 d.C. – suicídio de Nero

¹⁰ *Epit.* 8-9: *ut plebs induta pilleis manumissionum tamquam saevo exempta domino triumpharet.*

¹¹ Sobre este assunto, vide cap. seguinte, Brandão.

Bibliografia

- Barrett, A. A. (1999), *Agrippina: sex, power, and politics in the Early Empire*. London, Routledge.
- _____ (2001), *Caligula: The Corruption of Power*. London, Routledge.
- Boulvert, G. (1970), *Esclaves et affranchis impériaux sous le Haut-Empire: rôle politique et administratif*. Napoli, Jovene.
- Campos, R. C. (2013), *Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Cary, E. – Foster, H. (1924), Cassius Dio. *Roman History*, vol. VIII (books 56-60), ed., trad. Massachusetts, Harvard University Press.
- _____ (1925), Cassius Dio. *Roman History*, vol. VIII (books 61-70), ed., trad. Massachusetts, Harvard University Press.
- Champlin, E. (2003), *Nero*. Massachusetts, Belknap Press/Harvard University Press.
- Cogitore, I. (2002), *La légitimité dynastique d'Auguste à Néron à l'épreuve des conspirations*. Roma, École Française de Rome.
- Eck, W. (2006a), "Tiberius", in H. Cancik - H. Schneider, eds. *Brill's New Pauly*. Leiden, Brill.
- _____ (2006b), "Caligula", in H. Cancik - H. Schneider, eds. *Brill's New Pauly*. Leiden, Brill.
- _____ (2006c), "Claudius", in H. Cancik - H. Schneider, eds. *Brill's New Pauly*. Leiden, Brill.
- Elvers, K.-L. - Eck, W. - Eder, W. (2006), "Nero", in H. Cancik - H. Schneider, eds. *Brill's New Pauly*. Leiden, Brill.
- Faversani, F. (2007), "Tácito, Sêneca e a historiografia", in F. D. Joly, ed., *História e retórica: Ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo, Alameda Casa Editorial 137-146.
- _____ (2013), "Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira", *Mare nostrum* 4 100-111.
- _____ (2014), "Quinquennium Neronis e a ideia de um bom governo", *Phoënix* 20-1 158-177.
- Gaia, D. V. (2014), "Inopia nummorum: Uma leitura da crise financeira de 33 d.C.", *Phoënix* 20-1 144-157.
- Goelzer, H. (1953), Tacite. *Annales*, vols. I-III, ed., trad. Paris, Les Belles Lettres.
- _____ (1953), Tacite. *Histoires*, vols. I-II, ed., trad. Paris, Les Belles Lettres.
- Griffin, M. T. (1982), "The Lyons Tablet and Tacitean Hindsight", *Classical Quarterly* 32 404-418.
- _____ (1984), *Nero: the end of a dynasty*. London, B. T. Batsford.
- Joly, F. D. (2005), "Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da *Vida de Nero*", *História* 24 111-127.
- Kienast, D. (2011), *Römische Kaisertabelle: Grundzüge einer römischen Kaiserchronologie*. Darmstadt, WBG.
- Kleijwegt, M. (1996), "Caligula as auctioneer", *Acta Classica* 39 55-66.
- Levick, B. (1990), *Claudius*. London, B. T. Batsford.
- _____ (1999), *Tiberius, the Politician*. London, Routledge.
- Manning, C. E. (1975), "Acting and Nero's Conception of the Principate", *Greece & Rome* 22(2) 164-175.
- Mastino, A. – Ruggeri, P. (1995), "Claudia Augusti liberta Acte, la liberta amata da Nerone ad Olbia", *Latomus* 54(3) 513-545.
- Michel, A.-C. (2015), *La cour sous l'empereur Claude: les enjeux d'un lieux de pouvoir*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Millar, F. (1998), "The Roman city-state under the emperors, 29 BC-AD 69", *Prudentia* supplementary number 113-134.
- Momigliano, A. (1961) *Claudius: The Emperor and his Achievement*. Cambridge, W. Heffer & Sons.
- Osgood, J. (2011), *Claudius Caesar. Image and Power in the Early Roman Empire*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Rolfé, J. C. (1914), Suetonius. *Lives of the Caesars*, vol. I (*Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula*), ed., trad. Harvard University Press.
- _____ (1914), Suetonius. *Lives of the Caesars*, vol. II (*Claudius. Nero. Galba, Otho, and Vitellius. Vespasian. Titus, Domitian.*), ed., trad. Harvard University Press.

- Roller, M. (2001), *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton, Princeton University Press.
- Rowe, G. (2002), *Princes and Political Cultures: The New Tiberian Senatorial Decrees*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- Saller, R. (1994), *Patriarchy, property and death in the Roman family*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Shotter, D. (2004), *Tiberius Caesar*. London, Routledge.
- Weaver, P. R. C. (1972), *Familia Caesaris: a social study of the emperor's freedmen and slaves*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____ (1981), "Movilidad social en el Alto Imperio Romano: la evidencia de los libertos imperiales y los esclavos", in M. I. Finley, ed., *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid, Akal Editor 137-156.
- Wiedemann, T. E. J. (1996), "Tiberius to Nero", in A. K. Bowman - E. Champlin - A. Lintott, eds. *The Cambridge Ancient History*. vol. X: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69. Cambridge, Cambridge University Press 198-255.
- Winterling, A. (1999), *Aula Caesaris: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus (31 v. Chr.-192 n. Chr.)*. München, R. Oldenbourg Verlag.
- _____ (2011), *Caligula: A Biography*. Berkeley, University of California Press.
- _____ (2012), "Loucura imperial na Roma antiga", *História* 31(1) 4-26.
- Wood, S. (1995), "Diva Drusilla Panthea and the sisters of Caligula", *American Journal of Archaeology* 99(3) 457-482.